



Eleito, Lula da Silva assumirá seu terceiro mandato

ÍNDICE

- 2** Com a vitória, Lula enfrentará grandes desafios nos próximos 4 anos
- 3** Conheça o Quem é Quem na equipe de transição
- 5** Ministeriáveis: possíveis indicações
- 8** Comissão de Cultura aprova emenda ao orçamento que restabelece repasse a Condecine
- 9** Ministra Cármen Lúcia suspende os efeitos da Medida Provisória que adiou repasses da Lei Paulo Gustavo e Aldir Blanc II

Com a vitória, Lula enfrentará grandes desafios nos próximos 4 anos

Com uma pequena margem de diferença, Lula foi eleito o novo presidente do Brasil.

Lula é reconhecido pelo alto poder de articulação, inclusive com parlamentares que não fazem parte da sua base, mas por outro lado, será preciso dialogar com o novo cenário do Brasil, completamente diferente do Brasil de 2002.

A primeira grande mudança que já reflete nas decisões de Lula é a prerrogativa de que hoje, o Congresso Nacional é detentor do controle do orçamento.

Equipe de transição

Geraldo Alckmin (PSB), vice-presidente eleito, assinou na última terça-feira (8) três portarias que marcam o início formal do governo de transição em Brasília.

A equipe de transição será estruturada em Gabinete do Coordenador, Coordenações, Conselho de Transição Governamental e Grupos Técnicos, já as coordenações serão divididas em:

- | Coordenação Executiva;
- | Coordenação de Articulação Política;
- | Coordenação dos Grupos Técnicos;
- | Coordenação de Organização da Posse.

Prevista em uma das portarias a criação do conselho político, este será formado pelos coordenadores de transição, com representantes dos partidos que formaram a coligação de Lula e das novas siglas que se juntaram ao grupo após a eleição.

Também foram anunciados os componentes de dois grupos técnicos: o de economia e o de assistência social.

No núcleo econômico, Alckmin anunciou os idealizadores do Plano Real, André Lara Resende e Persio Arida. Também participam do grupo técnico o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa e o professor de economia Guilherme Mello.

Na tarde desta quarta-feira (9), Geraldo Alckimin durante pronunciamento sobre o início dos trabalhos da equipe de transição, foi fotografado pela equipe do jornal Estadão com uma lista manuscrita de nomes que podem ser anunciados futuramente pelo novo governo.

O documento apresentava nomes como Marta Suplicy, ex-prefeita de São Paulo; Franklin Martins; do ex-ministro da Justiça de Dilma Rousseff e ex-procurador Eugênio Aragão; ex-chefe

de segurança de Lula, general Gonçalves Dias - cotado para área de inteligência do governo, como o GSI ou a ABIN. Outros nomes são Manoel Caetano e Marco Aurélio, que, juntamente com Aragão, são relacionados no documento com o item “integridade e controle”. Já Marta está citada juntamente com os nomes de Márcio França e possivelmente Walfrido dos Mares Guia.

Conheça o Quem é Quem na equipe de transição

Coordenação
Geraldo Alckimin (PSB) <i>Coordenador da equipe de transição</i>
Aloizio Mercadante (PT) <i>Coordenador dos Grupos Técnicos</i>
Floriano Pesaro (PSB) <i>Coordenador-Executivo</i>
Gleisi Hoffmann (PT) <i>Coordenadora de Articulação Política</i>
Janja da Silva <i>Coordenadora de Organização da Posse</i>

Grupo Técnico: Saúde
Humberto Costa (PT) <i>Senador da República por Pernambuco</i>
José Gomes Temporão <i>Ex-ministro da Saúde</i>
David Uip <i>Ex-secretário de Saúde de São Paulo</i>
Arthur Chioro <i>Ex-ministro da Saúde</i>
Alexandre Padilha (PT) <i>Deputado Fedetal por São Paulo</i>

Grupo Técnico: Economia

André Lara Resende
Ex-diretor do Banco Central

Nelson Barbosa
Ex-ministro do Planejamento e da Fazenda

Guilherme Mello
Economista

Persio Arida
Ex-presidente do BNDES e Banco Central

Grupo Técnico: Saúde

Simone Tebet (MDB)
Senador da República por Mato Grosso do Sul

Tereza Campello (PT)
Ex-ministra de Desenvolvimento Social

Márcia Lopes (PT)
Ex-ministra de Desenvolvimento Social

André Quintão (PT)
Deputado Estadual de Minas Gerais

Representantes de Partidos Aliados de Lula

Carlos Siqueira (PSB)
Presidente Nacional do PSB

Wolney Queiroz (PDT)
Líder da Oposição na Câmara

José Luiz Penna (PV)
Presidente Nacional do PV

Wesley Diógenes (REDE)
Porta-Voz Nacional da REDE

Luciana Santos (PCdoB)
Presidente do PCdoB

Jader Barbalho (MDB)
Senador da República pelo Pará

Jefferson Coriteac (SD)
Vice-presidente Nacional do SD

Daniel Tourinho (Agir)
Presidente Nacional do Agir

Felipe Espírito Santo (PROS)
Presidente da Fundação Ordem Social

Juliano Medeiros (PSOL)
Presidente Nacional do PSOL

Renan Calheiros (MDB)
Senador da República por Alagoas

Ministeriáveis: possíveis indicações

Casa Civil	Aloizio Mercadante (PT)
	Gleisi Hoffmann (PT)
	Jaques Wagner (PT)
	Rui Costa (PT)
	Wellington Dias (PT)
Defesa	Aldo Rebelo (PDT)
Relações Institucionais	Jaques Wagner (PT)
	Alexandre Padilha (PT)
Relações Exteriores	Aloizio Mercadante (PT)
	Jaques Wagner (PT)
	Maria Luiza Viotti
Fazenda	Alexandre Padilha (PT)
	Fernando Haddad (PT)
	Henrique Meirelles (UNIÃO)
	Luiz Carlos Trabucco
	Felipe Salto
	Bernardo Appy
Agricultura	Gabriel Galípolo
	Carlos Fávaro (PSD)
	Kátia Abreu (PP)
	Neri Geller (PP)

Planejamento	Aloizio Mercadante (PT)
	Aloizio Mercadante (PT)
	Fernando Haddad (PT)
	Gleisi Hoffmann (PT)
	Miriam Belchior (PT)
	Rui Costa (PT)
Minas e Energia	Alexandre Silveira (PSD)
	Eduardo Braga (MDB)
	Élbia Gannoum
	Jean Paul Prates (PT)
	Mauricio Tolmasquim
	Jean Paul Prates (PT)
Indústria	Márcio França (PSB)
Infraestrutura	Alexandre Silveira (PSD)
Meio Ambiente	Izabella Teixeira
	Marina Silva (REDE)
	Edinho Silva (PT)
Comunicações	Gleisi Hoffmann (PT)
	André Janones (Avante)
Ciência e Tecnologia	Paulo Câmara (PSB)
Desenvolvimento Agrário	Tereza Campello (PT)
Povos Originários	Sônia Guajajara (PSOL)

	Flávio Dino (PSB)
Desenvolvimento Regional	Reginaldo Lopes (PT)
	Rui Costa (PT)
Cultura	Daniela Mercury
	Jandira Feghali (PCdoB)
	Jucá Ferreira (PT)
	Manoel Rangel
Cidadania	Simone Tebet (MDB)
	Tereza Campello (PT)
Educação	Camilo Santana (PT)
	Gabriel Chalita
	Izolda Cela
	Priscila Cruz
	Reginaldo Lopes (PT)
Justiça	Flávio Dino (PSB)
	Silvio Almeida
Saúde	Alexandre Padilha (PT)
	Arthur Chioro (PT)
	David Uip
	Humberto Costa (PT)
	José Gomes Temporão
	Ludhmila Hajjar
	Margareth Dalcolmo

Comissão de Cultura aprova emenda ao orçamento que restabelece repasse a Condecine

Nesta quarta-feira (9), a Comissão de Cultura (CCULT) da Câmara dos Deputados, aprovou uma emenda elaborada pelo setor que dá a reestimativa de receita a Condecine.

O setor da cultura sofreu impacto negativo durante a atual gestão presidencial e conforme a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2023, Bolsonaro tomou a decisão de extinguir a Condecine, perdendo um valor de R\$1,2 bilhões em arrecadação.

A emenda será encaminhada à Comissão Mista de Orçamento (CMO) que poderá ou não ser incorporada ao relatório final do Orçamento. Confira [aqui](#) a lista de deputados que apoiaram a nossa iniciativa.

Durante a votação das emendas ao orçamento na Comissão de Cultura (CCULT), a dep. Jandira Feghali (PCdoB/RJ) informou que vem articulando para a recriação do Ministério da Cultura o apontamento de recursos para fortalecer a pasta.

A lei orçamentária, encaminhada por Bolsonaro, destina R\$ 675 milhões para o Fundo Nacional de Cultura, assim, a deputada entende que a comissão precisa apresentar, nas suas emendas, o valor necessário para subsidiar o futuro Ministério da Cultura na execução de suas leis e políticas de incentivo.

Feghali, em conversa com o relator do orçamento, sen. Marcelo Castro (MDB/PI), com o Presidente do Senado, sen. Rodrigo

Pacheco (PSD/MG), o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), defendeu que a verba da cultura esteja, também, na PEC da Transição; a PEC será uma forma de sinalizar que o governo Lula vai trabalhar para bancar suas despesas dentro do que arrecada, sem ficar recorrendo a endividamento para financiar o programa social.

Desta forma, as emendas apresentadas na CCULT, com exceção da reestimativa da Condecine, passaram a ter R\$ 5 bilhões como valor de referência; este valor será usado como base na previsão orçamentária indicada aos parlamentares como o necessário para restabelecer a execução das políticas de cultura.

É importante reforçar que este valor é apenas uma estimativa, o valor final que será distribuído ao setor ainda passará pela análise da Comissão Mista de Orçamento.

Ainda em relação a dep. Jandira, a parlamentar ressaltou que a Lei Paulo Gustavo deverá ser prorrogada visto que ainda é necessário regulamentar o normativo, repassar a verba orçamentária aos estados e municípios e criar os editais para a captação do recurso.

No Senado Federal, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), também aprovou a emenda da Condecine. O relatório da comissão seguirá o mesmo rito regimental, onde será analisado pela CMO.

Ministra Cármen Lúcia suspende os efeitos da Medida Provisória que adiou repasses da Lei Paulo Gustavo e Aldir Blanc II

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu os efeitos da Medida Provisória 1135/2022 que adiava transferências de recursos para o setor cultural, previstas nas leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc II. A decisão não pode mais ser revertida.

A ministra Cármen Lúcia havia decidido, no último sábado (5), pela suspensão da Medida Provisória 1135/2022, atendendo a uma ação da Rede Sustentabilidade.

Na terça-feira (8), outros oito ministros já tinham votado de forma virtual a favor da decisão, formando maioria e confirmando a decisão.

Cármen Lúcia considerou inconstitucional a MP, por tentar reverter o veto derrubado pelo Congresso, invadindo, assim, as competências do Poder Legislativo. “Medida provisória não é desvio para se contornar a competência legislativa do Congresso Nacional. É inconstitucional a utilização deste instrumento excepcional para sobrepor-se o voluntarismo presidencial à vontade legítima das Casas Legislativas”, disse a ministra.

Logo que a MP foi publicada, no final de agosto, os senadores discursaram lamentando a medida do governo e até pedindo a devolução da MP.



Foto: Felipe Sampaio